

A que resistir

POSIÇÃO BRASILEIRA NA OMC DEVE REFLETIR LIÇÕES DA RODADA URUGUAI

*Marcelo de Paiva Abreu**

Torna-se cada vez mais provável que a próxima reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que será realizada em Seattle, nos Estados Unidos, no final do ano, resulte no lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais bilaterais. Assim, treze anos após o lançamento da Rodada Uruguai do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), em Punta del Este, os 134 membros da OMC estarão engajados no que Leon Brittan, comissário da União Européia, batizou de Rodada do Milênio. Será a nona vez que os membros da OMC, sucessores das partes contratantes do GATT, estarão empenhados em reduzir as barreiras ao comércio.

Nas negociações da Rodada Uruguai, principalmente na primeira metade da década de oitenta, durante o período que precedeu o seu lançamento, em 1986, a posição brasileira foi essencialmente negativa. O Brasil, com o apoio da Índia, era contrário à ampliação da agenda do GATT para incluir “novos temas”, entre os quais serviços, propriedade intelectual e investimentos. Defendia que as negociações deveriam concentrar-se na agenda atrasada, herdada do passado e, principalmente, em produtos agrícolas e têxteis. Na reunião ministerial do GATT em 1982 a oposição brasileira foi temporariamente neutralizada pelas pressões dos EUA, muito facilitadas pela eclosão da crise da dívida no final de 1982 e pela dependência brasileira em relação à cooperação financeira direta e indireta do Tesouro dos EUA. Após um longo período de escaramuças em que a obstrução, principalmente do Brasil e da Índia, protelou a nova rodada, a aliança entre as economias desenvolvidas e a maior parte das economias em desenvolvimento possibilitou o lançamento da Rodada Uruguai com agenda que incluía os novos temas. Com benefício da visão retrospectiva, a postura do Brasil refletia a inércia da crença nas virtudes do modelo de crescimento baseado no protecionismo e uma avaliação algo otimista da capacidade efetiva de bloqueio das duas economias continentais em desenvolvimento com tradição no GATT.

Apenas lentamente, à medida que se arrastavam as negociações da Rodada Uruguai, foi possível ao Brasil reorientar a sua posição, passando a ter papel importante na coalizão de exportadores agrícolas do grupo de Cairns, que pressionavam pela inclusão efetiva do setor nas disciplinas do GATT, e mostrando disposição para negociar novas políticas em relação aos novos temas. A inflexão da política multilateral brasileira esteve em alguma medida associada à crescente aproximação política e comercial com a Argentina, entusiástica defensora da liberalização agrícola.

Os efeitos da Rodada sobre a política comercial brasileira foram radicais. Após a Rodada Uruguai a tarifa máxima brasileira sobre todos os manufaturados (tarifa consolidada, no jargão GATT/OMC) é de 35%; sobre alguns produtos agrícolas pode alcançar 55%. Antes da Rodada apenas 23% das importações brasileiras correspondiam a produtos com tarifa consolidada no GATT. Além disto, os compromissos de liberalização relativos a serviços e, principalmente, quanto à legislação sobre proteção da propriedade intelectual foram muito significativos. Foram, em princípio, reforçadas as disciplinas do sistema multilateral: a OMC passaria a ser um GATT com dentes. Em contrapartida, embora o corte nas tarifas das economias desenvolvidas tenha sido substancial, algo como 38%, foi maior no caso de importações de outros países desenvolvidos do que de economias em desenvolvimento. Além disto produtos específicos, como têxteis e vestuário, ficaram sujeitos a acordos específicos de redução de quotas cujo prazo de implementação se estende até 2005. O principal problema é que, no caso de produtos agrícolas, as reduções tarifárias efetivas nas economias desenvolvidas (estimadas em 2002) foram nulas nos EUA e modestas nos blocos mais protecionistas: a tarifa média equivalente foi reduzida de 42,4% para 38,1% na União Européia, de 97,4% para 79% no Japão e de 124,2% para 94,6% na Associação Européia de Livre Comércio no antigo formato (Áustria, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia e Suíça).

As pré-negociações em Genebra indicam que a Índia e o Egito estão dispostos a repetir a tática de obstrução do início dos anos oitenta e insistem que a rodada deveria restringir-se a esgotar a agenda que naturalmente decorre da insuficiência dos resultados na Rodada Uruguai com relação a serviços e produtos agrícolas. As lições da história indicam não ser interessante para o Brasil adotar postura similar por mais que isto desaponte nossos amigos indianos. É certo que existe uma nova safra de temas novíssimos, ainda mais claramente indesejáveis do que no caso dos temas novos do início dos oitenta. Encabeçam a lista os temas que poderiam justificar um recrudescimento protecionista nos países desenvolvidos disfarçado em “harmonização de políticas”, especialmente no caso de meio ambiente e direitos trabalhistas.

Isto, aliás, é uma boa razão para que se abandone rapidamente na frente interna o uso de argumentos associados a “isonomia competitiva”. Embora no Brasil a argumentação seja em geral usada com relação ao custo do dinheiro e à carga tributária – e até recentemente ao câmbio – não há nada que impeça a sua generalização para incluir meio ambiente e direitos trabalhistas, e, por que não, até mesmo salários. É preciso ter em mente que se a “isonomia competitiva” for perfeitamente assegurada o comércio internacional deixa de existir.

O alinhamento brasileiro a um grupo moderado na nova Rodada é viabilizado pela sua posição de demandante de liberalização agrícola. A liberalização dos equivalentes tarifários agrícolas nas economias desenvolvidas em um ritmo muito mais agressivo do que qualquer liberalização adicional das tarifas industriais em economias em desenvolvimento é, e deve continuar a ser, um objetivo essencial da diplomacia comercial

multilateral do País, combinada a uma postura muito recatada quanto aos novíssimos temas. Apesar da crise cambial, e do voluntarismo de alguns atores, a vida continua.

*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.